

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 17/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2019

(Contém 12 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 17/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2019**

Aos vinte e três do mês de agosto do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência do Exmo. Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz, Albertina Maria Costa Oliveira e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceram à reunião a Senhora Presidente da Câmara, Cristina de Fátima Silva Calisto e o Senhor Vereador Nelson António Rosa dos Santos.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Sandra Cristina Lima Madeira Bernardo, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

O Senhor Vice-Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 16 de agosto de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vereador Roberto Manuel de Sousa Oliveira, porque não esteve presente naquela reunião e será assinada pela Senhora Presidente da Câmara e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara que não compareceram nesta reunião a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Nelson Santos, por motivo de férias, e justificou as referidas faltas de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que lhe foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que faltou às últimas duas reuniões da Câmara Municipal por motivos profissionais, por ser mês de agosto, mês só por si muito difícil, devido ao gozo de férias e com grande volume de trabalho, deixando expresso em ata que essa foi a razão e não por qualquer outro motivo.

MUPPIS INTERATIVOS

Relativamente aos Muppis interativos que foram instalados no concelho, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que fizeram um estudo do custo dos dois muppis que, ao que julga saber, tiveram um custo de 47.000,00€, quando há empresas no mercado que instalam o mesmo tipo de equipamento por 5.000,00€/7.000,00€ cada, dependendo do tipo de software, menos da metade daquele valor, razão pela qual solicitou a respetiva fatura para aferir de que tipo de equipamento se trata.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que os serviços irão preparar a informação solicitada e outros esclarecimentos adicionais poderão ser dados na próxima reunião pela Senhora Presidente ou pelo Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se o valor de que estavam a falar estava correto, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que é o valor que consta na adjudicação no portal da contratação pública.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira que disse ter conhecimento que os referidos muppis foram alvo de uma candidatura ao Turismo de Portugal, que foi aprovada em 90%, ficando a Câmara com o encargo dos restantes 10%.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que não se pode dizer que o Município de Lagoa apenas pagou 10% do valor total e que, no limite, essa situação não é grave porque quem paga os restantes 90% é outra parte, expondo que a situação não pode ser vista dessa

forma, quando existem no mercado empresas que praticam valores pela metade ou menos do valor em causa e tem de haver rigor orçamental e respeito pelas regras da contratação pública.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira acrescentou que tem conhecimento que foi feito um Ajuste Direto com Consulta a três fornecedores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado frisou que não estaria a falar nesse assunto se estivessem em causa “tostões”, mas trata-se de valores para mais da metade, e a eles, enquanto Vereadores da Oposição, que também têm responsabilidades, cabe-lhes fazer esse alerta.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara salientou que o valor dos muppis está diretamente relacionado com as características dos equipamentos, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que, por essa mesma razão e para poderem aferir a situação, ficam a aguardar a consulta do processo de adjudicação.

AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE UM PRESÉPIO

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que consultando o portal da contratação pública deparou-se com uma aquisição por Ajuste Direto de um presépio por 23.000,00€, questionando que presépio era esse e qual a sua utilidade.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira que explicou que se trata de um presépio contemporâneo que está a ser concebido pela Arqtª. Sónia Pereira e que será instalado nas duas casinhas que ficam por debaixo do adro do Convento dos Franciscanos, com destaque principal para a arte bonecreira e que estará patente ao público, durante todo o ano.

Acrescentou ainda que se trata de um presépio contemporâneo que incorpora uma manta de criptoméria, com movimento, os nossos bonecos de presépio da Lagoa e vários materiais que vão desde as redes de pesca, resina, basalto, entre outros.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se o valor incluía a conceção, a mão de obra e os materiais, ao que a Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu afirmativamente. Acrescentou que os serviços de carpintaria do parque municipal de máquinas estão a colaborar na execução dos pórticos de criptoméria.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara salientou que a Arquiteta Sónia Pereira se tem distinguido pela diferença e pela criatividade, tem o seu atelier no Nonagon e tem apresentado vários trabalhos com criptoméria e tem sido essa a sua marca.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira expôs que, à semelhança do que acontece no concelho da Ribeira Grande, apostou-se num presépio contemporâneo, com dinâmica, que privilegia a arte bonecreira da Lagoa e que poderá ser visitado durante todo o ano.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Vereadora Albertina Oliveira entende que aquele espaço é adequado, tendo obtido resposta positiva por parte da senhora Vereadora Albertina Oliveira que considerou ser um espaço muito bonito.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se não achava que aquele espaço é húmido demais para instalar um presépio composto por aquele tipo de materiais, referindo-se principalmente, à madeira de criptoméria e à malha da rede piscatória que oxida com grande facilidade. Receia que esses elementos se degradem rapidamente com a humidade, pois as salas localizam-se por debaixo do adro, uma zona que apresenta grande humidade, a qual não é possível combater, mesmo com a utilização permanente de um desumidificador.

A senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que a senhora Arqt^a. Sónia Pereira teve esse facto em atenção, pois quando à malha piscatória oxidar com a humidade, fará sobressair a beleza do elemento, com a mudança de tonalidade.

O Senhor Vereador Carlos Augusto salientou que a madeira de criptoméria sujeita à humidade fica com um aspeto verde e bolorento e isso não é bonito de se ver. Considera que aquele local não é o mais apropriado e que, se havia essa intenção, deviam ter pensado noutro espaço, porque acredita que, dentro de seis meses, o presépio apresente sinais de degradação e dentro de alguns anos já não exista. Considera que será um fiasco, vai gastar-se dinheiro com uma coisa que dentro de uns meses vai deixar de existir.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira agradeceu o alerta do Senhor Vereador Carlos Augusto.

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Senhor Vereador Carlos Augusto solicitou listagem de todos os licenciamentos e comunicações prévias, que deram entrada na Câmara Municipal, desde janeiro do corrente ano até à presente data.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a listagem solicitada será concedida.

DOIS AJUSTES DIRETOS COM EMPRESAS DO CONTINENTE PARA ENQUADRAMENTO DO IVA

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que consultando o portal da contratação pública deparou-se com dois Ajustes Diretos com uma empresa do continente para o enquadramento do IVA e questionou do que se tratava.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que, nesse ponto, a Senhora Presidente da Câmara dará os devidos esclarecimentos numa próxima reunião câmara.



SITUAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUITETO IGOR FRANÇA

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual é o enquadramento do Senhor Arqtº. Igor França na Câmara Municipal.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que é um trabalhador requisitado em regime de mobilidade à Escola Secundária de Lagoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se o Senhor Arqtº. Igor França não era professor universitário, ao que a Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que ele leciona, alguns dias da semana, aulas de mestrado, na Universidade dos Açores.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se era a Câmara que lhe pagava o ordenado e qual o método de pagamento, se era por recibo verde, tendo a Senhora Vereadora Albertina informado que a Câmara Municipal paga o ordenado ao Senhor Arqtº. Igor França, não por recibo verde, mas através de folha de pagamento de ordenados, junto com os restantes trabalhadores da Câmara.

APRESENTAÇÃO DE CONTAS DO FESTIVAL CALOURA BLUES E FESTA INLAGOA

O Senhor Vereador Carlos Augusto solicitou a apresentação das contas referentes ao Festival Caloura Blues e Festa InLagoa, esclarecendo que não se refere a uma folha com uma grelha com números, pretendendo ver as faturas e respetivos processos de aquisição.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que a informação será preparada para oportunamente dar conhecimento à Câmara.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

- Câmara de Lagoa promoveu Birdwatching na Zona Balnear da Caloura;
- 2.ª Edição do Lagoa Azores Sup Day;
- Crianças e Jovens foram Nadadores Salvadores por um dia na Caloura;
- Condições atmosféricas adversas não impediram realização do "In Lagoa".

A Câmara tomou conhecimento.



AÇÃO SOCIAL:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – APROVAÇÃO DAS RENOVAÇÕES DAS BOLSAS DE ESTUDO:

Foi presente a proposta para aprovação das renovações das bolsas de estudo, que abaixo se transcreve:

“Considerando:

Conforme sucedido em anos anteriores, o Município de Lagoa, através do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo propõe a renovação de bolsas de estudo a estudantes com baixo rendimento per capita, cujo agregado familiar resida no Concelho de Lagoa - Açores há mais de três anos e que frequentem estabelecimentos do Ensino Superior;

A não atribuição de novas bolsas de estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo nos últimos anos letivos, assenta nos pressupostos da disponibilidade de vários apoios pela Secretaria Regional da Educação, assim como, pela Direção Geral do Ensino Superior;

Assim proponho, que se proceda às renovações de quatro bolsas de estudo, para o ano letivo de 2019/2020, anteriormente atribuídas a estes estudantes e desde que preencham as condições estabelecidas no Regulamento Municipal de renovação de Bolsas de Estudo.”

O Senhor Vice-Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira que referiu que, embora este seja um assunto da área da Educação, o mesmo está sob a alçada do Gabinete de Ação Social, cuja competência é da Senhora Presidente da Câmara. Acrescentou que tem conhecimento de que se trata da renovação das bolsas de quatro jovens e que foram atribuídas em 2016 e que, neste momento, estão a tirar o mestrado. Mencionou, ainda, que não tem existido novas candidaturas desde 2017, contudo, temos obrigação regulamentar de renovar as bolsas anteriormente assumidas por esta Autarquia.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que, na sua opinião, a Câmara devia apoiar apenas as licenciaturas e não os mestrados, pois com essa verba podia-se apoiar outros jovens que iniciam o seu percurso universitário e questionou quais os valores concretos que a Câmara Municipal tem apoiado.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que em 2017 a Câmara apoiou a renovação de bolsas de estudo de 8 alunos no total de 8.750,00€; em 2018 houve 6 renovações no total de 7.250,00€ e no corrente ano de 2019 são 4 renovações com uma previsão de 5.000,00€.

O Senhor Vereador Carlos Augusto referiu que fica constrangido ao ver que este Município, noutras alturas e noutra gestão, teve o bom gesto de alocar uma verba a essa área tão importante como é a educação e a formação. Expôs que o Município está a “baixar os braços”

pela mão da Senhora Presidente da Câmara, que tanto tem defendido a sua aposta na educação e formação dos jovens lagoenses, enquanto que o Eng. João Ponte, anterior presidente da Câmara, sempre deu esse apoio a todos os jovens.

Na sua opinião, se o regulamento está obsoleto devia ser trabalhado e atualizado em vez de se estar a colocar jovens que ficaram excluídos em 2017, 2018 e 2019 pela inércia de quem gere o município e isso tem sido prática recorrente sob o pretexto de “isso não é com a gente” “isso não é competência da Câmara”.

Já alertou anteriormente para as parcas prestações dos alunos e para o insucesso escolar e a Senhora Presidente da Câmara empurra a responsabilidade para o Governo Regional, persiste o problema do amianto na Escola do Fisher, empurra-se a responsabilidade para o Governo; os alunos têm notas baixas e reprovam o ano, até já se pede aos professores para reverem as pautas e, novamente, empurra-se a responsabilidade para o Governo. Referiu que não aceita essa situação porque está em causa o futuro dos nossos jovens.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que sobre as situações que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado elencou, concorda com algumas e discorda de outras. Expôs que, o desenvolvimento local assenta, sem a menor dúvida, numa boa educação e formação dos seus cidadãos, referindo-se ao regulamento de atribuição de bolsas de estudo, como um instrumento que existe e foi pensado para a valorização da educação. No entanto, com o tempo, e considerando a existência de outros novos apoios para o mesmo fim, seja pela Secretaria Regional da Educação ou Direção Geral da Educação, esses podem configurar uma duplicação para o mesmo fim e com isso uma menor equidade e justiça. Acrescentou que a Senhora Presidente da Câmara tem essa situação identificada e entendeu-se, nessa circunstância, suspender a atribuição de novas bolsas ao abrigo do atual regulamento de atribuição de bolsas de estudo e trabalhar na elaboração de um novo documento que incentive o mérito escolar em várias áreas.

Mais informou, que esse mecanismo, diferente do atual, valorizará o mérito e a participação dos jovens de diferentes formas.

Esclareceu que, considerando, em 2016, ter sido o último ano de atribuição de novas bolsas pelo município, é da maior e elementar justiça corresponder á expectativa criada, seja pelo apoio e acompanhamento desses jovens até o final do seu percurso universitário, desde que cumpram com os critérios que lhes são impostos. Neste momento, a ideia é não aceitar novas candidaturas, renovando apenas as que estão em vigor e apostar na criação de um novo documento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto perguntou ao Senhor Vice-Presidente em que ano é que a Câmara chegou a essa conclusão, expondo que então já deviam ter um novo regulamento em vigor.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que compreendia a questão da duplicação dos apoios e a necessidade de os tornar mais justos e salientou que, no ano passado já tinham falado nessa questão, questionando se isso era legal, ou seja, se o Município pode atribuir apoios em simultâneo com apoios provenientes de outras entidades, tendo o Senhor Vice-Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Albertina respondido que a atribuição de bolsas de estudo por parte do Município era legal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto referiu que, enquanto a Lagoa se demite dessa responsabilidade há outros concelhos que começaram a adotá-la, dando como exemplo o concelho de Vila Franca do Campo. Considera que, se o documento não se adequa, então porque é que ainda se mantém as bolsas, em vez de se ter desistido de novas candidaturas em 2017 e ficar suspenso por tempo indeterminado, quando o mais correto teria sido suspender o atual regulamento com a entrada de um novo regulamento, salvaguardando as bolsas que já se encontravam concedidas.

Acrescentou que na intervenção do Senhor Vice-Presidente viu a questão da competência do Município, frisando que a Lagoa só faz festas e “festarolas” e não é essa a sua competência, pois têm a obrigação moral de acompanhar a formação dos seus jovens e isso faz-se com a atribuição de apoios a quem necessita e aos alunos que obtêm bom aproveitamento. Disse ainda, que os resultados escolares não orgulham o concelho, não há nenhum indicador que mostre a evolução do concelho, mostram sim que o concelho está apático. É deprimente ver, ano após ano, a prestação dos alunos lagoenses e até já se chamam os professores para retificarem as pautas dos alunos. É o mais iletrado na sala, mas não é por isso que deixa de se preocupar com essa situação.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que essa é a opinião do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, é a sua leitura, mas quem está no executivo sabe o caminho que está a ser traçado e é isso que os norteia, e isso é feito também com a colaboração da oposição, sendo que, algumas sugestões são tidas em consideração e outras não. Contudo, não pode concordar com ele quando diz que não se faz nada no Concelho.

O Senhor Vereador Carlos Augusto reiterou que esse modelo de governação desde há 4 anos até ao presente não é o que ele próprio defende e acredita que também não é o do Senhor Vice-Presidente, pois bem sabe, a responsabilidade que o Dr. Ricardo Mota traz às costas por ser filho do Senhor Eng. Martins Mota, um homem que mostrava obra feita e que muito contribuiu para o desenvolvimento da Lagoa. Exemplificou com o facto da Câmara aparentemente não ter uma equipa de trabalhadores para pintar e repintar marcas rodoviárias no pavimento, tais como passadeiras, linhas de Stop e tracejados conforme deliberado na reunião da comissão de trânsito há vários meses, e no entanto daquilo que se vê tem uma equipa permanente de transporte e montagem de barracas durante todo o ano, a avaliar pela resposta “as equipas têm estado muito ocupadas na preparação das festas do concelho” como justificação para o não cumprimento das

ditas deliberações da comissão de trânsito, estando-se assim a descuidar a segurança rodoviária e isso revolta-lhe.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que estavam a desviar-se do assunto que estava a ser deliberado mas perguntou ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado se havia alguma coisa que esse executivo tivesse feito que lhe agradasse, tendo ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que, naquele momento, não lhe ocorria nada que fosse digno de registo, pois na sua opinião, a Lagoa passou da era do betão para a era das “festarolas”. Pode dar nota positiva para a Casa da Água, embora o imóvel já existisse, bem como dar os parabéns ao Senhor Vice-Presidente pela negociação para a aquisição do imóvel sito à Rua António Moniz Barreto para parque de estacionamento.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou que existem muitas iniciativas que estão a ser realizadas na área da educação e formação dos nossos jovens e que não são divulgadas, dando a título de exemplo, o autocarro do BPI e Fundação La Caixa, que através do seu programa EDUCAIXA oferece à comunidade um projeto educativo “Criativity”, cujo autocarro se encontra na Praça de Nossa Senhora da Graça até ao dia 23 de agosto. Trata-se de um projeto do BPI e da Fundação La Caixa, que veio para a Lagoa por iniciativa do Município, a custo zero e que também irá beneficiar os outros concelhos. Concordou com o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado quanto ao facto de “se estar a milhas” na área da educação, mas estão a trabalhar e a trilhar um caminho para se conseguir uma melhor educação e formação para todos os jovens lagoenses.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado reiterou que os jovens lagoenses estão a ser prejudicados sem esse apoio desde 2016, tendo a Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondido que os jovens não estão a ser totalmente prejudicados, porque têm outros apoios da Direção Geral do Ensino Superior, para o caso dos jovens que se deslocam da ilha, e da Secretaria Regional da Educação. Todavia, este ano, o Governo Regional, através da Direção Regional de Educação, está a atribuir a todos os alunos que ingressem no ensino superior, o prémio de mérito de 500,00€.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que até ficaria confortável com essa resposta se não houvessem outros municípios a adotar o sistema de atribuição de bolsas de estudo.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que não há nenhum município que apoie as escolas, durante todo o ano, como faz o Município de Lagoa.

Apesar de tudo o acima exposto, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que irá votar favoravelmente, apesar de contrariado porque gostava de estar a aprovar a atribuição de novas bolsas e não apenas estas renovações.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que até hoje sempre pensou que este modelo de apoio era para acabar, mas se é para arranjar um novo, então já devia ter sido feito um novo

regulamento. Na sua opinião, se é preciso fazer um novo regulamento que o façam rapidamente, porque da forma como está não é correto porque nestes três anos que se passaram, deve ter havido, certamente, quem precisasse de apoios e tem de reconhecer que é uma falha mas irá votar a favor porque não irá votar contra a atribuição de um apoio a esses jovens.

Acrescentou ainda, o Senhor Vereador Roberto Oliveira que, na sua opinião, a Câmara está a ir longe demais ao atribuir bolsas de estudo aos mestrados, devia apoiar apenas as licenciaturas pois o mestrado é um extra, é elevar o patamar do jovem que está a melhorar e a complementar a sua formação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada;

2.º Aprovar a renovação de quatro bolsas de estudo, para o ano letivo de 2019/2020, anteriormente atribuídas a estes estudantes e desde que preencham as condições estabelecidas no Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 3 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 22 de agosto do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 1.010.330,32 € (um milhão, dez mil, trezentos e trinta euros e trinta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:00 horas, foi pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu *Sandra Madeira Bernardo*, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal, a redigi e assino.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA